

PROJETO DE LEI N.º 3.658, DE 2025

(Do Sr. Doutor Luizinho)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre medidas protetivas de urgência para a pessoa idosa em situação de violência, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DOUTOR LUIZINHO)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre medidas protetivas de urgência para a pessoa idosa em situação de violência, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre medidas protetivas de urgência para a pessoa idosa em situação de violência, e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.		
44	 	

- § 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da pessoa idosa.
- § 2º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes ou de manifestação prévia do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.
- § 3º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas independentemente da tipificação penal da violência, do







ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

§ 4º As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade da pessoa idosa, de seus dependentes ou de seu patrimônio.

§ 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da pessoa idosa perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações escritas, e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da pessoa idosa ou de seus dependentes." (NR)

"CAPÍTULO II-A

Das Medidas Protetivas de Urgência

Seção I

Disposições Gerais

Art. 45-A. Recebida comunicação de iminência ou prática de violência contra a pessoa idosa, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conhecer do expediente e decidir sobre as medidas protetivas de urgência.

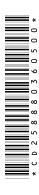
Parágrafo único. O juiz poderá determinar o encaminhamento da pessoa idosa ao órgão de assistência judiciária ou Defensoria Pública, quando for o caso, para o ajuizamento das ações cabíveis.

Art. 45-B. Em caso de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da pessoa idosa ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência:

I – pela autoridade judicial;

 II – pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca;







III – pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

- § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.
- § 2º Nos casos de risco à integridade física da pessoa idosa ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.
- § 3º Havendo necessidade de assistência integral, o juiz poderá designar curador provisório, respeitada a vontade da pessoa idosa sempre que possível.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

- Art. 45-C. Constatada a prática de violência contra a pessoa idosa, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:
- I suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente;
- II afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa idosa;
- III proibição de determinadas condutas, entre as quais:
- a) aproximação da pessoa idosa, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) contato com a pessoa idosa, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa idosa;







IV – restrição ou suspensão de visitas à pessoa idosa, especialmente se o agressor for familiar, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

 V – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;

VI – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

Parágrafo único. Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz determinar a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, disponibilizando à pessoa idosa ou a seu curador provisório dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação, e requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

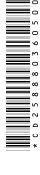
Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Pessoa Idosa Vítima

Art. 45-D. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I encaminhar a pessoa idosa e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II determinar a recondução da pessoa idosa e de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III determinar o afastamento da pessoa idosa do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens e alimentos;
- IV conceder à pessoa idosa auxílio-moradia provisório (auxílio-aluguel), com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses." (NR)

"Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, bem como aos demais crimes praticados com violência contra a pessoa idosa,







independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal." (NR)

"Art. 108-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

- § 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
- § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.
- § 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis." (NR)

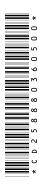
Art. 3º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa, é um instrumento jurídico essencial para a proteção das pessoas com sessenta anos ou mais. Ela assegura direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, dignidade e respeito, e prevê sanções para atos de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. O Estatuto já impõe a comunicação obrigatória de casos de violência por profissionais de saúde e concede ao Ministério Público e ao Poder Judiciário a prerrogativa de determinar medidas protetivas como encaminhamento familiar, tratamento de saúde e abrigo.

Contudo, a experiência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, demonstrou a eficácia de medidas protetivas de urgência mais ágeis e proativas na prevenção da violência. Essas medidas não se limitam à





punição do agressor, mas focam na proteção imediata da vítima, impedindo a continuidade e a escalada da violência, através de ações rápidas que preservem sua integridade física, psicológica e patrimonial.

Embora o Estatuto da Pessoa Idosa já preveja a aplicação de medidas de proteção em casos de ameaça ou violação de direitos, a legislação atual carece de dispositivos específicos que permitam uma atuação judicial e policial com a mesma agilidade e abrangência das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha. A pessoa idosa, frequentemente em situação de vulnerabilidade e dependência do agressor, necessita de instrumentos legais que garantam sua segurança de forma imediata e efetiva.

A presente proposta de alteração busca suprir essa lacuna, introduzindo de forma explícita no Estatuto da Pessoa Idosa mecanismos como o afastamento imediato do agressor do lar, domicílio ou local de convivência, a proibição de sua aproximação e contato, a restrição ou suspensão de visitas, e a possibilidade de monitoramento eletrônico do agressor.

Adicionalmente, propõe-se a criminalização do descumprimento das medidas protetivas de urgência, conferindo-lhes um caráter mais impositivo e dissuasório, e a exclusão da aplicação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, assegurando um tratamento penal mais rigoroso, compatível com a gravidade desses crimes.

A inclusão da possibilidade de concessão de auxílio-moradia provisório (auxílio-aluguel) oferece um suporte fundamental para as pessoas idosas que necessitam se afastar do ambiente de violência e não possuem meios próprios de subsistência temporária.

Essas inovações legislativas são essenciais para aprimorar a proteção da pessoa idosa contra todas as formas de violência, consolidando um sistema de amparo legal que responda de forma mais eficaz e humanizada às suas necessidades, em consonância com o princípio da proteção integral já assegurado pelo Estatuto da Pessoa Idosa





Por essas razões, e considerando a necessidade de aprimoramento da legislação atualmente em vigor, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **DOUTOR LUIZINHO**

PP/RJ







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200310-01;10741
LEI N° 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199509-26;9099

FIM DO DOCUMENTO	